



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Constitucional

Agente da Polícia Civil

Período: 2010 - 2017

Sumário

Direito Constitucional	3
Eficácia das Normas Constitucionais	3
Poder Constituinte.....	3
Princípios fundamentais.....	4
Direitos e Garantias Fundamentais.....	4
Habeas Corpus.....	9
Direitos Sociais.....	9
Nacionalidade	9
Direitos Políticos.....	10
Organização político-administrativa	11
Administração Pública.....	12
Servidores Públicos	13
Poder Legislativo.....	13
Poder Executivo.....	15
Ministério Público	18
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	19
Seguridade Social	20
Gabarito	21

Direito Constitucional

Eficácia das Normas Constitucionais

1) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 5o, inc. LVIII, que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. Acerca dessa norma, é correto afirmar que

- a) tem aplicação mediata e eficácia limitada.
- b) tem aplicação imediata e eficácia plena.
- c) tem aplicação mediata e eficácia plena.
- d) tem aplicação imediata e eficácia contida.
- e) tem aplicação imediata e eficácia limitada.

2) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considerando as disposições da CF, é correto afirmar que a norma constitucional segundo a qual

- a) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito nem a coisa julgada é de eficácia limitada e aplicabilidade direta.
- b) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.
- d) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- e) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante é de eficácia contida e aplicabilidade não integral.

Poder Constituinte

3) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assinale a opção correta a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos poderes constituintes.

- a) O poder constituinte originário, que elaborou a CF, é essencialmente político, extrajurídico, sem limites formais, e esgotou-se com a promulgação da CF.
- b) A CF é uma constituição promulgada, oriunda da atuação do poder constituinte derivado, uma vez que a assembleia nacional constituinte foi convocada por emenda à Constituição anterior.
- c) Da elaboração da CF, que é uma constituição promulgada, participaram cidadãos que, nessa condição, votaram diversos de seus dispositivos na própria assembleia nacional constituinte.
- d) A CF pode ser modificada pela atuação de poder constituinte derivado, obedecidas as normas nela inseridas pelo poder constituinte originário.

e) A CF pode ser modificada pela atuação de poder constituinte decorrente, obedecidas as normas nela inseridas pelo poder constituinte originário.

Princípios fundamentais

4) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo seguinte princípio:

- a) colaboração entre os povos para a evolução religiosa da humanidade.
- b) construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária.
- c) fruição total e absoluta dos direitos humanos.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) uso autorizado da força para resposta aos ataques terroristas internacionais.

5) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

- a) Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.
- b) O princípio da independência nacional conduz à igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.
- c) O princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.
- d) Em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.
- e) A concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegido por cláusula pétrea.

Direitos e Garantias Fundamentais

6) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

Considerando o disposto na Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do delegado de polícia e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a

competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

c) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, entre outros, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem do juiz ou do promotor de justiça, na forma da lei.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante à noite, por determinação judicial.

7) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa cujo conteúdo corresponde a um direito ou garantia fundamental previsto expressamente no texto constitucional.

a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

b) Não haverá juízo ou tribunal de exceção, exceto quando se tratar de crime hediondo, inafiançável ou imprescritível, na forma da lei.

c) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade policial competente.

d) A lei penal não retroagirá, salvo quando for para punir o réu.

e) Não poderá haver penas de morte, cruéis ou de interdição de direitos individuais.

8) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Sansão Herculano, brasileiro, médico veterinário, maior de idade, foi preso em flagrante delito e levado à Delegacia de Polícia. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, Sansão tem os seguintes direitos:

a) a assistência da família e de um advogado, cela especial por ter curso superior e uma ligação telefônica para pessoa por ele indicada.

b) ser criminalmente identificado, mesmo se possuir identificação civil, cela especial em razão de ter curso superior e assistência de um advogado.

c) avistar-se pessoalmente com o promotor de justiça, entrar em contato com uma pessoa da família ou quem ele indicar e assistência de um advogado ou defensor público.

d) relaxamento imediato de sua prisão se ela foi ilegal, permanecer calado e cela especial privativa.

e) permanecer calado, identificação dos responsáveis por sua prisão e que o juiz e sua família sejam imediatamente comunicados sobre sua prisão.

9) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Conforme estabelece a Constituição Federal, o preso tem direitos expressamente previstos no Texto Maior, sendo um deles o seguinte:

a) de ser identificado criminalmente, mesmo se já identificado civilmente.

b) assistência da família.

c) sala especial se tiver curso superior.

- d) liberdade mediante fiança, independentemente do crime que cometeu.
- e) avistar-se pessoalmente com o Promotor de Justiça.

10) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A Constituição Federal assegura que

- a) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- b) não haverá pena de interdição de direitos.
- c) a lei considerará os crimes hediondos inafiançáveis e imprescritíveis.
- d) não será concedida extradição de estrangeiro por crime comum.
- e) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.

11) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- b) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- c) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo o preso em flagrante delito.
- d) o preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, assegurando-se a estes a proteção necessária.
- e) o sigilo das comunicações telefônicas pode ser violado, por ordem policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.

12) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

De acordo com o texto constitucional, a prática do racismo constitui crime

- a) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) inafiançável, prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- e) inafiançável, imprescritível, insuscetível de anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

13) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Suponha que determinada mulher acaba de tomar ciência de que o seu marido a está traindo. Impelida por uma forte emoção, a esposa resolve atentar contra a vida do marido. Para tanto, desfere um tiro contra ele enquanto este dormia e foge do local. Nesse momento, um vizinho, que acabara de escutar o disparo, chama a polícia e a autoridade policial imediatamente se dirige até

o local do fato. No local do homicídio, o delegado de polícia colhe algumas informações preliminares e se dirige até onde supostamente a autora se encontraria. Ao chegar no destino indicado encontra a autora chorando e desolada, não oferecendo resistência à prisão. Imediatamente, a imprensa se dirige ao local e passa a acompanhar o desfecho da ocorrência. A respeito do caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) O delegado de polícia deve imediatamente se dirigir ao juiz de plantão, pois somente este pode autorizar a prisão em flagrante da autora mediante ordem escrita e fundamentada.
- b) Caso o delegado de polícia faça uso de algemas sem que a autora ofereça resistência, a prisão em flagrante poderá ser anulada, sem prejuízo da responsabilidade da autoridade policial.
- c) O delegado de polícia está autorizado a fazer uso de algemas, pois a brutalidade do crime, por si só, justificaria a medida.
- d) O delegado de polícia deve preferencialmente fazer uso de algemas nesse caso, pois a imprensa noticiará a imagem da prisão da autora e passará uma mensagem positiva à população de que o crime não compensa.

14) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

A Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais”, reconhece a casa como asilo inviolável do indivíduo. A respeito do tema, assinale a alternativa que corresponde aos exatos termos do texto constitucional:

- a) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial.
- c) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, ou, durante o dia, por determinação judicial, admitido, excepcionalmente, o ingresso à noite por determinação judicial em casos de relevante interesse público.
- d) Ninguém pode penetrar na casa sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro mediante determinação judicial.

15) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

À luz das disposições da CF, assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias individuais.

- a) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.
- b) Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.
- c) O cidadão que, naturalizado brasileiro, cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja solicitação do país da nacionalidade anterior.

d) Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir de prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizada para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.

e) O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.

16) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Observadas as ressalvas constitucionais e jurisprudenciais, os espaços que poderão ser protegidos pela inviolabilidade do domicílio incluem

I. o local de trabalho do indivíduo.

II. a embarcação em que o indivíduo resida e(ou) exerça atividade laboral.

III. o recinto ocupado provisoriamente pelo indivíduo.

IV. o imóvel que o indivíduo ocupe por empréstimo.

V. o quarto de hotel que seja ocupado pelo indivíduo.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

b) Apenas os itens II, III e V estão certos.

c) Todos os itens estão certos.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens IV e V estão certos.

17) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Sobre os direitos constitucionais à vida, à liberdade e à igualdade, é correto afirmar que a:

a) prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto fere o princípio constitucional da isonomia de tratamento entre homens e mulheres.

b) pena de morte é objeto de cláusula pétrea ou limitação ao poder constituinte derivado reformador, de forma que proposta de emenda que a comine não pode ser deliberada, uma vez que afronta ao direito constitucional à vida, não se admitindo a pena de morte nem mesmo em tempo de guerra.

c) liberdade de locomoção é desenhada como possibilidade de ingresso, circulação interna e saída do território nacional, sendo preservada mesmo com a decretação de estado de sítio com fundamentação em comoção grave de repercussão nacional. A liberdade de locomoção apenas é restringida com advento da declaração de guerra.

d) liberdade de expressão e de manifestação de pensamento somente pode admitir qualquer tipo de limitação prévia de natureza política, ideológica ou artística caso haja lei ordinária regulando a matéria.

e) objeção de consciência é alusiva às obrigações legais a todos impostas que podem ser

eximidas por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, sem que os direitos fundamentais de quem a opõe sejam perdidos ou suspensos, ressalvado o descumprimento de prestação alternativa.

Habeas Corpus

18) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Hércules, cidadão brasileiro, está sofrendo coação em sua liberdade de locomoção por uma ilegalidade do poder público. De acordo com a Constituição Federal, o remédio jurídico disponível a Hércules para fazer cessar essa coação é o

- a) habeas data.
- b) alvará de soltura.
- c) mandado liberatório.
- d) habeas corpus.
- e) mandado de segurança.

Direitos Sociais

19) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em

- a) cem por cento.
- b) setenta por cento.
- c) trinta por cento.
- d) vinte por cento.
- e) cinquenta por cento.

Nacionalidade

20) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo "Da Nacionalidade", são cargos privativos de brasileiro nato, exceto:

- a) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro de Estado da Justiça.
- d) Vice-Presidente da República.

21) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

O kuwaitiano Fehaid al-Deehani, que compete no Rio de Janeiro sob a bandeira olímpica, ou seja, como atleta independente, escreveu nesta quarta-feira (10) seu nome na história olímpica ao se tornar o primeiro atleta 'sem país' da história a conquistar a medalha de ouro olímpica. O título veio no duplo fosso do tiro esportivo. O italiano Marco Innocenti ficou com prata e o britânico

Steven Scott com o bronze. (O Tempo - publicado em 10/08/16 - 20h35). Quanto ao direito da nacionalidade, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) É privativo de brasileiro nato o cargo de Senador.
- b) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- c) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira,
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- e) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Direitos Políticos

22) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que

- a) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
- c) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Vereador é de vinte e um anos.
- d) os direitos políticos poderão ser cassados em decorrência da sentença criminal condenatória transitada em julgado.
- e) o militar é inalistável e inelegível.

23) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Os Direitos Políticos estatuem a possibilidade de o cidadão participar do processo político e das decisões do país. No que toca a este tema, de acordo com a Constituição Federal:

- a) uma das condições de elegibilidade, na forma da lei é ter a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
- b) podem alistar-se como eleitores os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
- c) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos e menores de

setenta anos.

e) durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos são elegíveis, devendo, se contarem menos de dez anos de serviço, afastar-se da atividade.

24) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.

a) Devem observar a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

b) Adquirem personalidade jurídica após o registro na forma da lei civil, bem como perante o tribunal regional eleitoral competente.

c) Possuem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional.

d) Adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

e) Podem impetrar mandado de segurança coletivo, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional.

Organização político-administrativa

25) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Com base no disposto na CF, assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa do Estado.

a) É da competência comum dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar e manter as respectivas polícias civil e militar e o respectivo corpo de bombeiros militar.

b) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal estabelecer normas gerais de organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, assim como normas sobre seus efetivos, seu material bélico, suas garantias, sua convocação e sua mobilização.

c) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, os territórios federais, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF.

d) Os estados podem incorporar-se entre si mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

e) É facultado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios subvencionar cultos religiosos ou igrejas e manter com seus representantes relações de aliança e colaboração de interesse público.

26) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico é de competência

a) da União, devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios atuarem para fins de suplementação da atuação da União.

- b) dos Estados e do Distrito Federal, devendo os Municípios atuarem para fins de suplementação da atuação daqueles entes.
- c) exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) exclusiva da União.

27) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Constituição Federal, no título “Da Organização do Estado”, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) Previdência social.
- b) Registros públicos.
- c) Trânsito e transporte.
- d) Desapropriação.

28) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Compete privativamente à União

- a) estabelecer política de educação para segurança no trânsito.
- b) legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- c) cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres da polícia civil.
- e) legislar sobre educação, ensino, pesquisa e inovação.

Administração Pública

29) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

São todos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) fidelidade, legalidade, eficiência, razoabilidade e impessoalidade.
- b) moralidade, eficiência, legalidade, razoabilidade e arbitrariedade.
- c) legalidade, arbitrariedade, pessoalidade, proporcionalidade e moralidade.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) lealdade, pessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.

30) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A autarquia federal Alfa realizou processo seletivo para a contratação por tempo determinado de doze profissionais. Nos termos da Constituição Federal, a autarquia

- a) pode agir dessa forma, desde que a contratação tenha ocorrido para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses estabelecidas em lei.
- b) pode agir dessa forma, uma vez que as autarquias não se obrigam aos princípios da administração pública.
- c) pode proceder à contratação por tempo determinado livremente, uma vez que está inserida no

âmbito da administração pública indireta.

d) não pode agir dessa forma, uma vez que não observou o limite máximo de três profissionais permitido para a contratação por tempo determinado.

e) pode agir dessa forma, desde que a contratação por tempo determinado não exceda a trinta dias.

31) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

À luz do disposto na CF, assinale a opção correta a respeito da administração pública.

a) O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que estiver no exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

b) Nos termos da lei, a investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

c) As funções de confiança e os cargos em comissão são exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) A administração fazendária e a segurança pública e seus respectivos servidores, os fiscais e os policiais, terão, dentro de suas áreas de competência e circunscrição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

e) Tanto a administração pública direta quanto a indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Servidores Públicos

32) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

O servidor público estável perderá o cargo

a) após procedimento de avaliação periódica de desempenho, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.

b) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

c) após decisão judicial de primeira instância da qual caiba recurso.

d) após decisão judicial de segunda instância da qual caiba recurso.

e) mediante processo administrativo, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.

Poder Legislativo

33) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Sobre a competência do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- d) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.
- e) Compete exclusivamente ao Congresso nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

34) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Charles de Montesquieu (1689 - 1755), político, filósofo, escritor francês, é autor da célebre obra "O Espírito das Leis". Neste livro, o referido pensador teoriza sobre a separação dos poderes. No que respeita ao Poder Legislativo, segundo a Constituição, é correto afirmar:

- a) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.
- b) Cabe ao Congresso Nacional, independentemente da sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- c) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de cinco ou mais de sessenta Deputados.
- d) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- e) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

35) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Com relação aos Deputados Federais e Senadores, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- b) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
- c) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- d) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão

legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.

e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de um terço dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Poder Executivo

36) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Executivo”, o Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo, por até:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.

37) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Admitida a acusação contra o Presidente da República, _____ da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o _____, nas infrações penais comuns, ou perante o _____, nos crimes de responsabilidade. A alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas é:

- a) por dois terços ... Supremo Tribunal Federal ... Conselho Nacional de Justiça
- b) pela maioria absoluta ... Conselho Nacional de Justiça ... Supremo Tribunal Federal
- c) por dois terços ... Supremo Tribunal Federal ... Senado Federal
- d) pela maioria absoluta ... Supremo Tribunal Federal ... Superior Tribunal de Justiça
- e) por três quintos ... Senado Federal ... Supremo Tribunal Federal

38) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assinale a opção correta no que se refere às responsabilidades do presidente da República estabelecidas na CF.

- a) Acusado da prática de crime comum estranho ao exercício de suas funções, cometido na vigência do mandato, o presidente da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após deixar a função.
- b) O afastamento do presidente da República cessará se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o Senado Federal não tiver concluído o julgamento do processo pela prática de crime de responsabilidade aberto contra ele; nesse caso, o processo será arquivado.
- c) A única possibilidade de responsabilização do presidente da República investido em suas funções se refere ao cometimento de infração político-administrativa, não respondendo o chefe do Poder Executivo por infração penal comum na vigência do mandato.

- d) O presidente da República dispõe de imunidade material, sendo inviolável por suas palavras e opiniões no estrito exercício das funções presidenciais.
- e) A decisão do Senado Federal que absolve ou condena o presidente da República em processo pela prática de crime de responsabilidade não pode ser reformada pelo Poder Judiciário.

39) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Assinale a opção correta a respeito de súmula vinculante.

- a) Durante o processo de aprovação de súmula vinculante, os processos judiciais em curso que tratem da matéria objeto do enunciado serão suspensos em observância à segurança jurídica.
- b) A edição de súmula vinculante é matéria de competência absoluta e exclusiva do Supremo Tribunal Federal, sendo vedada a intervenção típica ou atípica de quaisquer terceiros.
- c) A súmula vinculante produz efeitos imediatos a partir de sua edição, não admitindo a modulação que pode ter lugar em determinadas hipóteses de controle concentrado.
- d) A edição de uma súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal não impede que o Congresso Nacional possa alterar ou revogar dispositivo constitucional objeto do enunciado dessa súmula.
- e) Súmula vinculante vincula o próprio Supremo Tribunal Federal, que haverá de necessariamente ater-se ao comando nela contido.

40) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Com base nas disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- a) As funções institucionais do MP incluem promover, privativamente, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial, assim como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) Integram o CNJ o presidente do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) Entre outras atribuições, cabe ao CNJ apreciar a legalidade dos atos administrativos e jurisdicionais praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los para o exato cumprimento da lei.
- d) Entre outras atribuições, cabe ao CNJ avocar processos disciplinares em curso e representar ao MP nos casos de crimes contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- e) Os procuradores-gerais dos MPs dos estados e o do Distrito Federal e Territórios serão nomeados pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, conforme o caso, a partir de lista tríplice composta por integrantes da carreira, para mandato de dois anos.

41) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre a emenda à Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) pode ser proposta por iniciativa do Procurador-Geral da República.
- b) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- c) a vigência de intervenção federal não impede que a Constituição seja emendada.
- d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá constituir objeto de nova apresentação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- e) pode ser proposta por iniciativa de qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

42) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

No que diz respeito às emendas à Constituição, existem algumas limitações materiais e circunstâncias em que o texto constitucional não poderá ser emendado. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- c) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) É vedada a proposta de emenda tendente a abolir voto direto, secreto, obrigatório, universal e periódico.

43) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

“A emenda é a modificação de certos pontos, cuja estabilidade o legislador constituinte não considerou tão grande como outros mais valiosos, se bem que submetida a obstáculos e formalidades mais difíceis que os exigidos para alteração das leis ordinárias.” (SILVA, José Afonso da, Curso de Direito Constitucional Positivo. 25a edição, São Paulo, Malheiros, 2005, p.132). Marque assertiva correta de acordo com o processo legislativo de elaboração de emenda à Constituição Federal.

- a) A Constituição não poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal e de estado de defesa.
- b) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- c) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) A proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

44) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Acerca do processo legislativo pertinente a medidas provisórias, assinale a opção correta.

- a) O decreto legislativo editado para regular as relações nascidas a partir do período de vigência de medida provisória posteriormente rejeitada cria hipótese de ultratividade da norma, capaz de manter válidos os efeitos produzidos e, bem assim, alcançar situações idênticas futuras.
- b) Muito embora a medida provisória, a partir da sua publicação, não possa ser retirada pelo presidente da República da apreciação do Congresso Nacional, nada obsta que seja editada uma segunda medida provisória que ab-rogue a primeira para o fim de suspender-lhe a eficácia.
- c) Por força do princípio da separação de poderes, é vedado ao Poder Judiciário examinar o preenchimento dos requisitos de urgência e de relevância por determinada medida provisória.
- d) Em situações excepcionais elencadas no texto constitucional, a medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional somente poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa de sua edição.
- e) A proibição de edição de medida provisória sobre matéria penal e processual penal alcança as emendas oferecidas ao seu correspondente projeto de lei de conversão, as quais ficam igualmente impedidas de veicular aquela matéria.

45) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

No que se refere ao processo legislativo, assinale a opção correta de acordo com o disposto na CF.

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, nove estados da Federação.
- b) É de competência do Senado Federal examinar as medidas provisórias e emitir parecer sobre elas, antes que sejam apreciadas pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- c) Leis ordinárias e complementares são espécies do processo legislativo federal que, aprovadas pelo Congresso Nacional, prescindem da sanção do presidente da República.
- d) É de competência exclusiva da Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- e) A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao procurador-geral da República e aos cidadãos, entre outros.

Ministério Público

46) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Dentre as funções institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) Representar a União, judicial e extrajudicialmente.
- b) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.
- c) Apreciar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.
- d) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- e) Processar e julgar habeas corpus.

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

47) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Constituição Federal, no Estado de Defesa poderão ser decretadas algumas medidas coercitivas por tempo determinado e em áreas específicas. São admitidas as seguintes medidas, exceto:

- a) Restrição ao direito de reunião.
- b) Incomunicabilidade do preso.
- c) Restrição ao sigilo de correspondência.
- d) Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos na hipótese de calamidade pública.

48) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Conforme estabelece a Constituição Federal, as funções de polícia judiciária e de preservação da ordem pública cabem, respectivamente,

- a) à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.
- b) à Polícia Militar e às Polícias Cíveis.
- c) às Polícias Cíveis e à Polícia Militar.
- d) às Polícias Cíveis e às Guardas Municipais.
- e) à Polícia Federal e às Guardas Municipais.

49) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

Exercer as funções de polícia marítima e aeroportuária, conforme dispõe o texto constitucional, é uma função da

- a) Polícia Federal.
- b) Polícia Civil.
- c) Guarda Nacional.
- d) Polícia Militar.
- e) Guarda Municipal.

50) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Às polícias cíveis, dirigidas _____, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de _____ e a apuração de _____.

A alternativa que preenche, correta e respectivamente, na ordem, as lacunas é:

- a) por delegados de polícia de carreira ... polícia judiciária ... infrações penais, exceto as

militares

- b) por delegados de polícia ... polícia judiciária ... infrações penais, inclusive as militares
- c) pelos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ... polícia judiciária ... infrações civis e penais, exceto as militares
- d) por policiais civis ... polícia ostensiva ... infrações penais, exceto as militares
- e) pelos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ... polícia ostensiva ... infrações penais, inclusive as militares

Seguridade Social

51) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Quanto à seguridade social, a Constituição Federal estabelece que

- a) a lei definirá os critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
- b) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não pode ser proibida de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- c) de acordo com o princípio da anterioridade do exercício financeiro, as contribuições sociais estabelecidas na Constituição Federal só poderão ser exigidas após decorrido um ano da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- d) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma independente e autônoma pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social.
- e) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.

52) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, esse dever é assegurado

- a) com prioridade relativa, uma vez que outros grupos vulneráveis, como idosos e deficientes físicos, têm prioridade sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.
- b) com prioridade relativa, uma vez que pode deixar de ser praticado em razão do uso de verba pública na área da saúde em prol de toda a população.
- c) com a máxima efetividade possível, assegurada a discricionariedade do Poder Executivo quanto à execução das ações sociais.
- d) com absoluta prioridade.
- e) mediante a proibição para admissão ao trabalho do menor de dezoito anos.

Gabarito

1) D	2) B	3) D	4) D	5) A
6) C	7) A	8) E	9) B	10) A
11) A	12) B	13) B	14) A	15) A
16) C	17) E	18) D	19) E	20) C
21) C	22) A	23) C	24) C	25) D
26) D	27) A	28) B	29) D	30) A
31) E	32) B	33) B	34) E	35) A
36) A	37) C	38) E	39) D	40) D
41) B	42) D	43) E	44) B	45) E
46) B	47) B	48) C	49) A	50) A
51) A	52) D			